

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.985 - PR (2020/0062511-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : FERTILIZANTES HERINGER S/A
ADVOGADO : LUIZ VICENTE DE CARVALHO - SP039325
RECORRIDO : THATIELLE RODRIGUES VIEIRA
ADVOGADO : SÍLVIO MARTINS VIANNA - PR020314

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUJEITA ÀS NORMAS DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO AMBIENTAL RECONHECIDO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AFASTAMENTO EM VIRTUDE DO RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211. MULTA DO ART. 1026, § 2º, DO NCPC. CARACTER PROTRELATÓRIO. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

THATIELLE RODRIGUES VIEIRA (THATIELLE) propôs ação contra FERTILIZANTES HERINGER S.A. (HERINGER), visando ao recebimento de indenização por dano moral, sob alegação de que foi atingida pela poluição decorrente da produção de fertilizantes químicos no distrito de Alexandra, Município de Paranaguá/PR, em que reside, e que o dano foi demonstrado na Ação Civil Pública nº 2009.70.08.001543-2 em trâmite perante a Justiça Federal.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente (e-STJ, fls. 243/245 e 567/616).

O recurso de apelação de THATIELLE foi parcialmente provido pelo Tribunal paranaense, a fim de condenar a demandada ao pagamento de indenização por dano moral fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais) corrigidos a partir do evento danos, em acórdão a seguir ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – RESPONSABILIDADE CIVIL – DANO AMBIENTAL – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REPELIDA – PROVA ORAL DESNECESSÁRIA PARA O DESLINDE DO FEITO – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA PERPETRADA POR FÁBRICA DE FERTILIZANTES –

RESPONSABILIDADE OBJETIVA – RISCO DA ATIVIDADE - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 225, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; 3º, INCISOS III E IV, 4º, INCISO VII E 14, § 1º, TODOS DA LEI N. 6.938/1981; E 927, DO CÓDIGO CIVIL - PERÍCIA REALIZADA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE COMPROVA QUE HOVE A EMISSÃO DE GASES POLUENTES EM CONCENTRAÇÃO SUPERIOR AO LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO PELAS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO A NOCIVIDADE DOS COMPOSTOS QUÍMICOS EXPELIDOS – PARTE AUTORA QUE RESIDIA NO DISTRITO DE ALEXANDRA NO PERÍODO EM QUE HOVE A DEFLAGRAÇÃO DE POLUENTES – POPULAÇÃO QUE FICOU EXPOSTA AOS EFEITOS MALÉFICOS DE TAIS SUBSTÂNCIAS, E TEVE EVIDENTE PREJUÍZO À SUA QUALIDADE DE VIDA - NEXO CAUSAL ENTRE A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E OS DANOS MORAIS DAÍ ADVINDOS CARACTERIZADOS – DEVER DE INDENIZAR – INDENIZATÓRIO – FIXAÇÃO EQUITATIVA. QUANTUM RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 732).

Seguiu-se recurso aclaratório, que foi rejeitado (e-STJ, fls. 852/855).

Irresignada, HERINGER manejou recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 219, III e IV, 373, I, 926, 985, I e II, e 1026, § 2º, do NCPC, e 927 cumulado com 186 do CC/02.

Sustentou, em suma, (1) O TJPR deixou de aplicar sua própria sumula uniformizadora, oriunda de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, de nº 1110504-9/01 suscitado pela 8ª Câmara, que sustenta a necessidade da individualização do dano ambiental para caracterizar eventual dano moral; (2) a recorrida, na sua petição inicial, relata de forma genérica a responsabilidade objetiva da recorrente por dano ambiental que foi de fato reconhecido em ação civil pública, sem trazer qualquer menção, tampouco prova de qualquer dano individual que teria lhe atingido; (3) quando do julgamento do incidente de uniformização, em abril/2015 não havia coisa julgada em relação a este processo; tanto é que a sentença de improcedência - após dilação probatória - foi proferida apenas em março/2018, reformada posteriormente em sede de apelação. Logo, já havia o incidente, e deveria o Tribunal ter seguido, o que não foi feito; (4) a inexistência do caráter protelatórios dos embargos de declaração.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem

(e-STJ, fl. 902/905 e 913/914).

É o relatório.

DECIDO.

O atual inconformismo não merece provimento.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) e (3) Da pretendida aplicabilidade do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 1110504-9/01 ao caso dos autos e da existência de coisa julgada

HERINGER pretendeu a aplicabilidade do aludido incidente de uniformização de jurisprudência, sustentando a necessidade da individualização do dano ambiental para fins de caracterização do dano moral, o que não teria ocorrido, no caso dos autos.

Contudo, o TJPR, quando do julgamento dos embargos de declaração, reconheceu que referido incidente não deveria ser aplicado ao caso em comento, sob pena de violação à coisa julgada, o fazendo ante as seguintes razões:

Inicialmente, cumpre salientar que o entendimento firmado por esse Tribunal no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 1110504-9/01, se viesse a ser aplicado a este caso, violaria a coisa julgada.

Explico.

Conforme consta no mov. 1.26 (autos originários), a questão relacionada aos fatos e fundamentos expostos na exordial não foi considerada como genérica por este órgão Colegiado, no acórdão datado de 13/03/2014, tendo esse, inclusive, exposto que "é plenamente possível identificar os fatos narrados, a causa de pedir e o pedido, que consistem basicamente na pretensa condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais advindos em razão dos problemas de saúde e perda da qualidade de vida sofridos por conta da poluição ambiental causada pela ré", cassando assim a primeira sentença, determinando a baixa dos autos para a regular instrução

processual.

Desse modo, não há que se falar em aplicabilidade do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 1110504-9/01, julgado em 17/04/2015, tendo em vista que, se assim fosse, haveria violação da coisa julgada, o que é expressamente vedado pela redação do artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal (e-STJ, fls. 853)

Contudo, o exame quanto à existência da coisa julgada exige o reexame de fatos e provas, o que, contudo, é vedado em recurso especial pela Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. NECESSIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO.

FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

[...].

4. O exame quanto à existência da coisa julgada exige o reexame de fatos e provas, o que, contudo, é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.563.493/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, j. 3/3/2020, DJe 10/3/2020)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. CONDENAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO. PRODUÇÃO DE LAUDOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA.

OFENSAS À COISA JULGADA. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. LIQUIDAÇÃO ZERO. IMPOSSIBILIDADE.

[...].

8. Na hipótese, não há como prosperar a alegação de ofensa à coisa julgada e, como afirmado acima, a recorrente se insurge contra os cálculos efetuados, matéria que esta Corte não pode apreciar, em obediência à Súmula 7/STJ.

[...].

11. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.782.213/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 10/12/2019, DJe 13/12/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. ERRO DE FATO. VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. PRESCRIÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR INDENIZATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.

[...].

2. A reforma do julgado quanto à ocorrência de erro de fato; violação à coisa julgada; ocorrência de prescrição; dever de indenizar e valor indenizatório, demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor do Enunciado n.º 7/STJ.

3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

4. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1.670.993/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 14/10/2019, DJe 18/10/2019).

(2) Da violação a dispositivos de lei federal

A matéria contida nos arts. 219, III e IV, 373, I 926 e 985, I e II do NCPC, tidos por ofendidos, da forma em que lançadas nas razões do apelo especial, não foi enfrentada pelo Tribunal de origem nem mesmo depois da oposição dos embargos de declaração.

Assim, com base no que dispõe a Súmula n° 211 do STJ, o recurso especial não poderia ter sido analisado neste Tribunal Superior: *Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*

Cumpre ainda destacar que caberia à parte, nas razões do seu especial, alegar a violação do art. 1022 do NCPC, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

(4) Da multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC

Quanto ao tema relativo a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC, referente à oposição dos embargos declaratórios, esta Corte firmou o entendimento de

que é descabida a multa em referência quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse de procrastinar o andamento do feito, mesmo que não configurada nenhuma hipótese de cabimento dos embargos de declaração.

Nesse sentido é o enunciado da Súmula nº 98 desta Corte, *in verbis*:
Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

Nessa acepção, a jurisprudência desta eg. Corte Superior:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE. ASSALTO A AGÊNCIA BANCÁRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL FEITA EM NOME DA MÃE. QUITAÇÃO AMPLA E GERAL DAS OBRIGAÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DO SINISTRO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PLENA VALIDADE E EFICÁCIA. LEGITIMIDADE DOS FILHOS PARA PERSEGUIREM REPARAÇÃO EM NOME PRÓPRIO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. NÃO CABIMENTO. VALOR ARBITRADO EM QUANTIA RAZOÁVEL. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. MULTAS PROCESSUAIS. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

6. A condenação do apelante, por litigância de má-fé, ao pagamento de indenização no valor correspondente a 20% do valor da causa, apenas por se considerarem protelatórios os primeiros embargos de declaração, com nítido caráter de prequestionamento, mostra-se descabida. Da mesma forma, é descabida a multa fixada quando opostos embargos declaratórios à r. sentença de primeiro grau, logo na primeira oportunidade.

(REsp 815.018/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, DJe de 6/6/2016).

Sob esse prisma, e tendo em vista que a multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC deve ser aplicada com parcimônia, é de se afastar a multa imposta pelo TJPR quando do julgamento dos embargos de declaração.

Nessas condições, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, tão somente para afasta a multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 23 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator